



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11667 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NA REFORMA CURRICULAR AUSTRALIANA DE 2012

Danielle de Sousa Santos - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Dirce Djanira Pacheco E Zan - FACULDADE DE EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NA REFORMA CURRICULAR AUSTRALIANA DE 2012

Introdução

É amplamente comprovado por estudos no campo educacional, que as prescrições inspiradas em modelos de países desenvolvidos passaram a regular as reformas educacionais em diferentes países, com o objetivo de alinhamento às demandas do ideário neoliberal. Nesse cenário, o texto aqui apresentado é resultado de pesquisa de pós-doutorado, finalizada em 2020. A pesquisa teve como objetivo investigar a reforma curricular australiana implementada em 2012. Nosso interesse pela Austrália justifica-se pelo fato de a política curricular adotada neste país ter sido tomada, pelas organizações empresariais que têm atuado diretamente na formulação e na implementação de políticas educacionais brasileiras, como um modelo de sucesso a ser seguido, em especial, no âmbito da reforma do ensino médio, aprovada pela Lei nº 13.415, em 2017.

Como sugerido pelos estudos analisados, as atuais políticas educacionais implementadas na Austrália, incluindo a reforma curricular, foram forjadas a partir de uma agenda neoliberal em favor de metas como qualidade e equidade. A lógica do mercado educacional, pautada no direito à escolha, substituiu a ideia da educação como bem público. Além disso, o exame das pesquisas e dos documentos oficiais evidencia a presença de discursos fundados nas ideias de concorrência, eficiência, qualidade e padronização, que são marcas da política neoliberal. Nesse sentido, a forma específica com que o neoliberalismo se

desenvolveu na Austrália é uma chave fundamental para entender seus impactos no seu sistema de ensino.

Método

A investigação realizou-se numa abordagem qualitativa, descritiva e analítica, tendo como base a análise documental e bibliográfica. A análise documentos como a Declaração de Objetivos Educacionais de Melbourne para Jovens Australianos (2008) e o relatório Processo de desenvolvimento do Currículo Versão 6 (2012) produzido pela Agência Australiana de Currículo, Avaliação e Disseminação (ACARA), entre outros, serviu de suporte para a investigação dos fundamentos e concepções que orientaram a reforma curricular Australiana. Além disso, centramos nossa análise na produção bibliográfica que apontava para as contradições e implicações da reforma, em especial, no que tange a superação das desigualdades educacionais que marcam a Austrália.

Inicialmente buscamos compreender a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais, buscando contextualizá-lo nos complexos processos de globalização. Segundo DALE (2004), a globalização ou “agenda de educação *globalmente* estruturada”, é “um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global” (p. 436), sendo o fator econômico o fator determinante e impulsionador das políticas educacionais na escala global.

Discussão e resultados

Na Austrália, observou-se, na década de 1980, tentativas sem precedentes de produzir maior controle sobre as políticas educacionais, tais como: o desenvolvimento de um currículo nacional, avaliações nacionais padronizadas, padrões nacionais para formação professores e um modelo financiamento baseado no “direito de escolha” (SAVAGE, 2016).

Os argumentos favoráveis a proposta de construção do currículo nacional podem ser resumidos em: 1) utilização mais eficiente dos recursos, 2) melhoria do padrão da educação, 3) facilitação das transferências interestaduais, 4) garantia de justiça social, 5) maior controle social, 6) impossibilitar *o sequestro do currículo por ideólogos* (grifos nossos), 7) tornar a formação dos professores mais eficiente.

No entanto, as razões por trás da construção do currículo nacional foram alvo de grandes debates, a questão das desigualdades sobressai-se entre os principais argumentos críticos, seja enquanto descrença na capacidade de superação das desigualdades apenas por meio do currículo, ou pelo temor do aumento das desigualdades. REID (2019), por exemplo, fez uma contundente crítica ao currículo nacional australiano, chamando atenção para elementos como: aumento das desigualdades educacionais, a produção de um sistema escolar

socialmente segregado, a fragmentação dos professores e a ênfase no conhecimento pseudocientífico REID (2019).

Conforme, SAVAGE (2017), as reformas curriculares tendem fortemente a enquadrar a escolaridade em termos econômicos. Como resultado, os tipos de conhecimento e habilidades que os jovens aprendem nas escolas foram revisados (e, em alguns casos, totalmente transformados) de acordo com as formas de raciocínio econômicas e de mercado (SAVAGE, 2017). Com isso, o currículo oficial, inclusive na Austrália, é cada vez mais avaliado e reformado com base em sua 'utilidade', em termos de preparação de jovens para a economia global.

A necessidade de padronização como meio de melhorar os indicadores educacionais pode ser constatada na Austrália pela criação, em 2008, do Programa Nacional de Avaliação de Alfabetização e Matemática (NAPLAN). REID (2019) afirma que o NAPLAN deixou de ser um mecanismo de avaliação de uma parte do sistema educacional, para ser o motivo pela qual as escolas existem. Outra questão importante, para a Austrália, são os resultados do desempenho dos estudantes no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), a queda no *ranking* internacional tem gerado grandes debates e preocupações no país.

Conclusão

Na Austrália, como em vários outros países, é a lógica do mercado que tem pautado as concepções de qualidade e equidade que orientam as reformas educacionais. O uso de comparações globais fortalece a ideia de que seria possível o monitoramento/controle das escolas e, por conseguinte, da qualidade do ensino. Do mesmo modo, a lógica do mercado alimenta noções de meritocracia, competição e escolha, que reivindicam vínculos com ideais de justiça e equidade. Foi nesse contexto que as políticas e práticas de equidade evoluíram, na Austrália, de uma rica tradição de debates sobre igualdade e justiça nas instituições de ensino e na sociedade, de maneira mais ampla, para uma concepção que privilegia o diagnóstico e a correção com base em testes individuais dos estudantes, atrelando-se a distribuição de financiamento ao desempenho escolar e à eficiência.

Nesse cenário, o financiamento público de escolas privadas, a partir da ideia de financiamento de acordo com o direito em detrimento da ideia de financiamento de acordo com a necessidade, tornou-se, segundo REID (2019), um dos pontos centrais para o debate sobre a educação na sociedade australiana.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Políticas Educacionais; Austrália

Referências

AUSTRALIA. Australian Curriculum, Assessment and Reporting Authority. Curriculum Development Process Version 6 2012. <Disponível em: https://docs.acara.edu.au/resources/ACARA_Curriculum_Development_Process_Version_6.0_04_April_2012_-_FINAL_COPY.pdf> Acesso em: 02 out. 2019.

AUSTRALIA. Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs 2008. Melbourne Declaration on Educational Goals for Young Australians. Disponível em: <http://www.curriculum.edu.au/verve/_resources/National_Declaration_on_the_Educational_G> Acesso em: 11 mar. 2019.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma ‘cultura educacional mundial comum’ ou localizando uma ‘agenda globalmente estruturada para a educação’? Educação & Sociedade, Campinas. V. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

REID, Alan. Changing Australian education: How policy is taking us backwards and what can be done about it. Sydney: Allen&Unwin, 2019. Ebook.

SAVAGE, Glenn. Neoliberalism, education and curriculum. In: GOBBY, B.; WALKER, R. (Eds.). Powers of curriculum: Sociological perspectives on education. Melbourne: Oxford University Press Australia and New Zealand, 2017. p. 143–165. Disponível em: <file:///C:/Users/danie/Downloads/2017SavageNeoliberalismeducationandcurriculum.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.